

A ELITE SENATORIAL, O *MOS MAIORUM* E A *FORTUNA* DO IMPÉRIO ROMANO NAS CRÔNICAS DO SÉCULO IV D.C.

Márcia S. Lemos¹

Resumo: Para discutir a relação entre a elite senatorial, o *mos maiorum* e a *fortuna* do Império Romano no século IV d.C, selecionamos um *corpus* formado por três crônicas que expressam o desejo de preservar o pensamento sociopolítico da antiga nobreza romana: o *Livro dos Césares* de Aurélio Victor; o *Breviário* de Flávio Eutrópio e a *História* de Amiano Marcelino. A análise, estruturada a partir da “leitura isotópica”, permite verificar que os discursos, influenciados por um conjunto de ideias oriundas do período republicano, representam a aristocracia como a guardiã dos costumes ancestrais – a responsável pela grandeza do Império – e os militares, a corte e a plebe, como corruptos – os responsáveis pela decadência. Enfim, as imagens apreendidas associam o poder de Roma à observância do *mos maiorum* pela elite senatorial.

Palavras-Chave: Elite senatorial. *Mos maiorum*. Império Romano.

Cícero, em *Da República* (V, 1)², afirma que nos costumes dos antigos romanos (o *mos maiorum*) está assentada a glória de Roma e na ausência destes ou na sua pouca observância está a explicação para o fim de uma forma de governo que ele considerava a ideal, a “Constituição Mista” que promovia o equilíbrio entre a *libertas* do povo, a *potestas* dos magistrados e a *auctoritas* do senado³. Essa é uma ideia corrente entre os autores aristocratas do século I a.C. que reaparece na produção textual do século IV d.C. Os “nobres varões”, membros da aristocracia senatorial tradicional, considerados os herdeiros dos fundadores de Roma e guardiões das tradições ancestrais, são valorizados como os responsáveis pela força e extensão da “Cidade Eterna”. De acordo com esta perspectiva, os homens do século I a.C. receberam uma República constituída sob o *mos maiorum*, mas em função dos seus vícios, ou melhor, da incapacidade de adotar como modelo o comportamento dos nobres antepassados, não conseguiram preservar, nem mesmo restaurar, as antigas instituições.

Na concepção ciceroniana era fundamental educar a aristocracia dentro de um padrão de conduta cujo espelho era Cipião, portador da *virtus* (excelência guerreira e integridade na vida cívica), da *dignitas* (prestígio político, influência e mérito), da *gloria* (que significava ter a confiança da multidão – *fides* – e ser digno de honrarias – *honor*) e da *gravitas* (firmeza, austeridade e ponderação) típica do *vir gravis*. O “bom cidadão” era aquele que não se precipitava em julgar e nem se perdia em estudos vazios; respeitava os contratos; julgava as emoções com a razão; era indulgente e isento quando necessário aplicar um castigo (*Dos Deveres*, I)⁴, portanto, detentor da *clementia* e da *sapientia*. Cabia ao *uir gravis* buscar a

concordia (o consenso e a paz), comportar-se de acordo com a sua dignidade (com justiça, lealdade, generosidade e temperança), levar uma vida modesta (*paupertas*) e sem ostentação (*frugalitas*). Para Cícero, “os antepassados deviam ser imitados” (*Dos Deveres*, I, 33, 121), porque seus costumes e instituições (*mores et instituta vitae*) eram superiores e a forma de governo por eles criada era a mais temperada⁵. A partir dessas ideias, criou-se a imagem de uma sociedade equilibrada, associada ao período áureo da República Romana, e a opôs à crise do século I a.C, identificada com uma suposta decadência dos costumes romanos.

O *mos maiorum*, cujo suposto abandono foi utilizado como explicação para as convulsões vivenciadas ao longo da história do Estado romano, pode ser compreendido como um conjunto de regras de conduta, morais e políticas, não sistematizado, transmitido no seio da aristocracia senatorial tradicional. Todavia, é importante lembrar que estas “regras” jamais foi um código de leis escritas, mas constituiu-se numa ética a ser observada pela nobreza, que legitimava e disciplinava as ações, que orientava as práticas políticas e religiosas.

Conforme Paschoud⁶, mesmo no século IV d.C., o respeito aos costumes ancestrais era “o coração da identidade pagã”, destes vinha o hábito de celebrar os ritos como garantia da prosperidade do Estado. Huskinson⁷ inclui o *mos maiorum* entre os elementos que identificavam os romanos, ou melhor, as altas camadas sociais de Roma e do Império. A língua comum, os nomes, o vestuário, a dieta, a participação ou não nas celebrações culturais e nos jogos, definia grupos dentro da sociedade romana, mas era “a maneira de pensar sobre o mundo, os códigos de moralidade e comportamento” que forjavam os elos mais definitivos e que se refletiam nos hábitos cotidianos.

O quanto ou em que medida as tradições ancestrais foram observadas pela aristocracia senatorial é difícil determinar, mas é possível inferir sobre o que elas representavam. No século IV d. C., poucas famílias eram de fato herdeiras da antiga nobreza romana, renovada com homens oriundos das elites provinciais, e certamente não mais viviam em conformidade com os padrões dos seus antecessores. Talvez nenhum romano tenha vivido a forma ideal de Cícero, mas o *mos maiorum* comportava ideias que identificavam a aristocracia do Império com um tempo de glória, expansão, grandeza e força. Tais ideias eram a referência a um passado que justificava as prerrogativas da elite senatorial e o poder de Roma enquanto *caput mundi*.

Para discutir a relação entre a elite senatorial, o *mos maiorum* e a *fortuna* do Império Romano no século IV d.C, selecionamos um *corpus* formado por textos que expressam o desejo de preservar o pensamento sociopolítico da aristocracia romana tradicional. São três

crônicas que tratam da história do Império por meio da “biografia” dos seus monarcas, enaltecem os “antigos” varões e seus costumes: o *Livro dos Césares* de Aurélio Victor; o *Breviário* de Flávio Eutrópio e a *História* de Amiano Marcelino. Os autores são procedentes de famílias abastadas ou que ascenderam socialmente no século IV d.C., viveram em distintas regiões do Império, exerceram funções de prestígio na burocracia imperial, à exceção de Amiano Marcelino, assumiram cargos sob a nomeação direta do imperador, e um (Aurélio Victor) foi prefeito de Roma. Amiano e Flávio Eutrópio participaram da campanha contra os persas em 363, ao lado de Juliano, e Aurélio foi governador da *Pannonia Secunda* sob seu governo. Eles faziam parte da aristocracia senatorial ou a ela estavam vinculados, foram contemporâneos e viveram num período marcado pela alternância de imperadores mais propícios ao cristianismo, o que não os impediu de fazer uma carreira pública. Todos eram politeístas e pertenciam a um grupo restrito que tinha acesso à educação completa.

No *Livro dos Césares*, Aurélio Victor⁸ resumiu a história do Império Romano da ascensão de Otávio a Constâncio II. Ao apresentar o perfil dos imperadores, ao longo de sua narrativa, o autor colocou em foco alguns temas que fornecem indícios sobre sua percepção do século IV d.C., estabelecida a partir da valoração positiva do *mos maiorum*. A casa senatorial é representada como o espaço onde só devem estar os melhores homens (*optimi uiris*) (9,9) e seus membros, como os responsáveis pela eleição do imperador (36; 37, 3-6). Ao tempo que afirma a superioridade da nobreza em função de sua descendência patrícia (39, 6-8), valora negativamente os militares, identificados, no geral, com estrangeiros. Estes são vistos como homens ávidos, fiéis e leais apenas aos seus próprios interesses (26, 6); entregues à moleza e à lascívia (31, 12); propícios a rebelião e a escarnecer do poder imperial (33, 10-13); desejam mais o poder do que a *gloria* (33, 23). Essas críticas estão concentradas no século III d.C., em especial no período das usurpações ao trono romano. Em contrapartida, Aurélio euforiza os estrangeiros como talentos importados que ajudaram Roma a crescer (11, 12-13), afirma que alguns homens novos podiam alcançar uma vida honrada graças ao estudo (20, 5-6) – provavelmente uma defesa da sua própria condição –, mas, censura aqueles que chegam ao poder e se comportam com soberba e ambição, referindo-se a Diocleciano: “*quis rebus, quantum ingenium est, compertum habeo humilimos quosque, maxime ubi alta accesserint, superbia atque ambitione immodicos esse* (39, 5)⁹. O autor não reconhece como positiva a força dos militares e relaciona a promoção de estrangeiros no exército com a instabilidade da dignidade imperial.

No discurso de Aurélio, percebe-se a influência da tradição ciceroniana. Há uma nítida separação entre as práticas e valores que orientam a vida pública digna de *honor* e as que levam ao opróbrio. Para o autor, era necessário separar os homens ignorantes e torpes dos sábios e bons. Aurélio considera a honestidade essencial e a arrogância no trato com as pessoas uma atitude a ser evitada (9, 11-12); reprova o luxo e as paixões que geram um temperamento relaxado (14, 6-10; 41, 23-26); afirma a importância da conduta reta e de não ceder aos vícios (24, 8-11); condena os delatores, a avareza e a malversação do Erário público (35, 7-8). O autor reprova a conduta dos súditos que defendem governos débeis porque lhes são úteis e não punem os crimes cometidos (34, 3-8). No geral, Aurélio disforiza a ascensão de estrangeiros ao exército, a corrupção dos seus membros e o poder de interferência dos militares na escolha dos imperadores; em contrapartida, euforiza o Senado enquanto instituição legítima para a indicação do monarca e associa todos os comportamentos negativos aos militares, por consequência, com os estrangeiros que desconhecem os costumes ancestrais.

Algumas mulheres das famílias reais fazem parte da narrativa do *Livro dos Césares* e são importantes para compreender como o autor valoriza os costumes dos antigos romanos. Elas são expostas como ambiciosas, assassinas, libidinosas e libertinas (5, 11; 11, 7; 16, 2-3; 20, 20-24; 21, 2-6); suas condutas, conforme Aurélio, constituem uma desonra tanto para homens comuns como para aqueles que ocupam cargos de prestígio e que têm sob seu comando o exército e os magistrados. O autor não faz referência a nenhuma mulher digna de ser elogiada ou exposta como paradigma de comportamento honrado; todavia, ao evidenciar os vícios de algumas matronas da época imperial, as representa como antíteses da conduta e das virtudes da antiga *materfamilias*; uma alusão, ainda que indireta, à superioridade dos costumes cultivados pela antiga nobreza romana. Segundo Machado¹⁰, o comportamento das mulheres revela a permissividade do imperador que rompe com as normas aristocráticas, pois “a traição obscurece sua dignidade e coloca em dúvida sua capacidade de governar.”

Já o *Breviário* de Flávio Eutrópio¹¹ condensa a história de Roma entre a realeza e o Império até 364 d.C. Os argumentos para elogiar ou censurar as práticas políticas dos romanos do século IV d.C. também foram gerados a partir da afirmação da superioridade das práticas e dos costumes dos antigos romanos. Do livro I ao VI, o autor basicamente narra os feitos do período da República e euforiza as ações de varões ilustres na defesa de Roma e na conquista de novos territórios (I, 17; 20, 2-5; II, 2,2; 12,2-4; 14, 2-3; III, 20, 2-3; 21): os nobres que exerciam as funções militares eram *uir gravis*, admirados e preparados para a

guerra, e os plebeus que lutavam pela pátria eram valorosos, uma antítese dos membros do exército do seu tempo. Eutrópio, assim como Cícero, condena a guerra civil do final da República (VI, 19, 2-3) e disforiza a imagem de Júlio César, associando-o à insolência e à falta de respeito com a casa senatorial (VI, 25).

Outro tema que reaparece no *Breviário* e reafirma a valorização do *mos maiorum* é a conduta dos membros do exército e da casa senatorial. Os militares são representados como propensos à revolta (IX, 10), à sublevação (X, 2, 2-4), à sedição (X, 3, 2), capazes de conspirar contra o imperador e de interferir, de forma ilegítima, na eleição do monarca, inclusive por meio do assassinato (VIII, 16; IX, 1; X, 9, 2-4; 15, 2). Já o Senado é a imagem da *virtus*, a instituição legítima para indicar o nome de quem deve assumir a condução do Império (VIII, 5, 2-3; VIII, 16). Há uma nítida condenação ao período denominado como Anarquia Militar, à ascensão dos “imperadores-soldados” ao poder e à diminuição das prerrogativas senatoriais.¹²

Quanto ao cristianismo, se em Aurélio não há referência, na obra de Eutrópio há uma rápida alusão, uma crítica ao imperador Juliano por perseguir a religião cristã (X, 16, 3). O autor não vai além dessa observação e sequer cita o edito de 362 que criava limites para o exercício da docência pelos professores cristãos¹³. Para Momigliano,¹⁴ os escritores politeístas do século IV d.C., estavam mais envolvidos com a manutenção das antigas tradições romanas e com a instrução dos “homens novos” do que com a ascensão da fé cristã, que até o momento em nada havia impedido que os dois (Eutrópio e Aurélio) fizessem carreira na burocracia do Império.

Amiano Marcelino, em sua *História*¹⁵, concentrou a narrativa no Império. O trabalho desse cronista é conhecido parcialmente, pois parte de sua obra foi perdida e o material preservado trata do reinado de Constâncio II até a morte do imperador Valente. Do livro 14 ao 31, Amiano estruturou o seu discurso a partir de uma valoração disfórica das práticas dos homens do século IV d.C., com algumas exceções, e do enaltecimento das práticas orientadas pela antigas tradições politeístas. Esta posição pode ser verificada por meio do estudo de alguns temas que se repetem ao longo do texto.

O cronista apresentou uma nítida distinção entre os advogados e os oradores, a nobreza do seu tempo e a nobreza antiga. Para o autor, sob o governo do imperador Valente, cristão ariano, na parte Oriental do Império, houve um aumento da corrupção porque, entre as pessoas que rodeavam o Príncipe, a utilidade prevalecia sobre a honestidade e os “poderosos” agiam livremente, sem nenhuma interdição da lei que havia prevalecido sob Juliano (XXX, 4,

1). Os advogados são definidos como homens violentos, ambiciosos, ignorantes, avaros e falsos, que fomentam a intriga e o ódio, praticam roubos e utilizam a palavra para ocultar a verdade, empurram pessoas inocentes a litigar em vão e insultam gente honrada (XXX, 4, 8-22). O oposto dos advogados do século IV d.C. são os oradores antigos, valorizados positivamente por serem honrados, ávidos por conhecimento, leais, austeros e frugais, dignos de *gloria*. Amiano destaca a figura de Cícero como modelo de orador comprometido com a justiça (XXX, 4, 5-7).

Quanto aos nobres do século IV d.C., Amiano construiu a imagem de um grupo que abandonou o modelo de conduta dos antigos aristocratas romanos. Os nobres são representados como homens indignos e preguiçosos, que vivem em busca do deleite e que servem banquetes perniciosos (XIV, 6, 13-18), ostentam roupas de seda, andam acompanhados por grandes cortejos, são incapazes de dedicar o ócio a leituras dignas; poucos julgam com rigor, não cultivam amizades sinceras, adulam e praticam o assassinato para garantir uma herança (XXVIII, 4, 7-26). Para Amiano, Roma, em outros tempos que não o seu, foi sede de todas as virtudes (XIV, 6, 21), a autoridade dos senadores era reverenciada (XIV, 6, 6) e os antigos nobres distinguiram-se por seu valor, não pela riqueza de suas vestes (XIV, 6, 10). Dois senadores do século IV d.C., politeístas declarados, são euforizados como espelhos dos antigos varões: Símaco, pela cultura e moderação (XXVII, 3,3); Pretextato, pela integridade e honradez, autoridade baseada na justiça e na verdade, capacidade de produzir *concordia*; um homem digno de *gloria* (XXVII, 9, 9-10).

Amiano também censurou a conduta dos militares, da plebe e as práticas políticas na vida pública do século IV d.C.. O autor afirma que os vícios mais vergonhosos da corte atingiram a disciplina militar (corrupção, perjúrio, falta de respeito pela boa fama, soberba, extremo luxo, glotonaria); as canções triunfais foram substituídas por canções afeminadas, as camas de pedra por plumas e a bebida tornou-se excessiva (XXII, 4, 1-6). Na *História*, tão vil quanto os militares é a plebe romana. O vulgo, como o autor denomina, é composto por gente inferior, é ávido por bebida, é frívolo, vive em busca de diversão nos jogos e nas corridas de cavalo (XIV, 6, 1; 6, 25-26); é arrogante e ameaçador, inclinado a revoltas, à excitação e à violência (XV, 7, 2-3); não age movido pela razão, deixa-se conduzir pela loucura e pelas paixões (XIV, 7, 6; XIX, 10, 1-3). Para Amiano, a vida pública, de Constâncio II a Valente, estava marcada pela delação. Os imperadores, com exceção de Juliano, são apresentados como responsáveis por esta prática, pois cercavam-se de adutores (XIV, 5, 5; 9, 1-6; XXVII, 6, 15; XXXI, 12, 7), castigavam sem verificar a denúncia (XV, 2, 1-5) e concediam

honras aos delatores. Esta conduta dos monarcas, segundo o cronista, motivava os homens que pleiteavam fazer carreira civil ou militar a se envolverem em intrigas e a ter um comportamento reprovável (XV, 5, 37; XXVIII, 1, 1-57), longe dos costumes ancestrais. Faltava-lhes *fides*, *virtus*, *dignitas*, *gravitas*, *sapientia* e, principalmente, *clementia*.

Outro tema que aparece na *História* é a grandeza do Império Romano. Roma é euforizada como uma cidade venerável (XXVII, 3, 3) e eterna (XXVIII, 1, 1), que se tornou um Império porque contou com a ajuda divina (XIX, 10, 4). O nome do povo romano é honrado e respeitado porque conquistou povos ferozes e deu a eles leis e garantia de liberdade (XIV, 6, 3-6). Assim como associa a *fortuna* de Roma à observância dos antigos costumes e a homens como Catão, o Censor, prudente e virtuoso (XVI, 5, 1-2), a Cícero, justo e indulgente (XXI, 16, 13), Amiano afirma que a debilidade de Roma, as sedições e vilezas, são consequências da incultura de uns poucos, dos vícios, erros, lascívia e iniquidade daqueles que não se deram conta de onde nasceram (XIV, 6, 2, 7). Para o cronista, tal como Cícero, as tradições ancestrais parecem ser elementos fundamentais na manutenção do Império, pois os antigos varões que transformaram a pequena cidade do Lácio tinham suas condutas orientadas pelo *mos maiorum* e realizavam os cultos em homenagem aos seus deuses tutelares; já os homens do século IV d.C., que tinham abandonado os antigos costumes, estavam levando o Império à destruição.

Assim como no *Livro dos Césares*, na *História* algumas mulheres são citadas ao longo da narrativa e, apesar do autor não ter elaborado uma comparação com as antigas matronas, parece basear-se no modelo idealizado destas para criticar a postura das nobres que viveram sob o Império Romano. A esposa de Galo, irmã de Constâncio II, é apresentada como uma mulher orgulhosa, movida pela fúria, sedenta de sangue, caluniadora e disposta a inflamar a ira do marido (XIV, 1, 2); a sogra de Clemácio, um nobre Alexandrino, é exposta como vil e frívola, interessada em seu genro, e que por não ser correspondida, subornara a esposa de Galo com um colar para conseguir a condenação de Clemácio à morte (XIV, 1, 3); a consorte do imperador Maximino também é descrita como uma pessoa cruel (XIV, 1, 8-9). Não é possível definir se a disforização das mulheres que aparece no discurso de Amiano é apenas reflexo de uma tradição literária clássica em sua obra ou se há uma censura, direcionada para as matronas que estavam vinculadas ao poder no século IVd.C., com o objetivo de reforçar a imagem de decadência dos costumes ancestrais dentro do Império.

Quanto ao cristianismo, Amiano fez poucas referências; porém, estas estão mais presentes do que nos demais textos analisados. O juízo que emite sobre os cristãos parece

pautar-se nos mesmos parâmetros que utiliza para valorar qualquer outro homem do seu tempo. O autor considera a religião cristã simples (XXI, 16, 18); censura Juliano pelo edito que interditava os adeptos da fé cristã de ministrarem aulas (XXII, 10, 7); condena os homens que desejavam a dignidade de bispo de Roma e os violentos enfrentamentos por este cargo; censura a vileza dos que ocupavam o cargo e enriqueciam-se com as doações das matronas. Todavia, o cronista elogia os bispos provinciais, que conduziam a vida com modéstia (*paupertas*) e sem ostentação (*frugalitas*) (XXVII, 3, 12-15). Em Amiano, o comportamento de alguns fiéis é reprovado, assim como ele critica os nobres ou militares que fogem da austeridade dos costumes.¹⁶

Segundo o cronista, a fragilidade do Império Romano do século IV d.C. é devida, em grande parte, à decadência dos costumes, conforme é possível verificar nas representações que ele faz dos advogados, dos nobres, da plebe, dos militares, da corte e da realeza. O autor disforiza as práticas e comportamentos dos homens do seu tempo e associa as reformas do Império a um padrão de conduta que se afastou do *mos maiorum*, o que, para ele, em muitas circunstâncias, foi motivado pela postura de monarcas como Constâncio II.

Para alguns historiadores, a forma como Amiano censura a nobreza do seu tempo pode estar associada ao fato de ele não ter alcançado as honras que buscava em Roma. Já a valorização negativa dos militares é um tema recorrente entre os cronistas da época, está relacionada com as usurpações do século III d.C., com o aumento do número de germânicos entre os efetivos militares e com a interferência dessa categoria na escolha e manutenção dos imperadores. Quanto à plebe, talvez as críticas sejam apenas o reflexo da tradição literária romana sobre este grupo, constantemente representado como ocioso e dependente, inclusive em Tácito, uma importante referência para Amiano.

Nas três crônicas analisados, além dos temas comuns, há um elemento axiológico único que orienta a estrutura dos discursos: a valorização positiva dos costumes ancestrais dos romanos – o *mos maiorum*. A partir desse elemento foram produzidos os argumentos que censuram, criticam, exprobram, enfim, disforizam as práticas consideradas inconciliáveis com o modelo dos antigos varões que fizeram de Roma um Império. Os autores, apesar de terem origens sociais e regionais distintas, tiveram uma educação formal que dava acesso à literatura tradicional dos romanos e aos valores morais e políticos vinculados neste material. A importância atribuída aos costumes ancestrais nos escritos de Aurélio Victor, Flávio Eutrópio e Amiano Marcelino, não é um simples reflexo das ideias contidas nos textos clássicos ou do que costumamos chamar de romanização das elites provinciais. O discurso dos cronistas é

revelador de uma memória que identifica a aristocracia senatorial romana tradicional e seus valores com a *fortuna* de Roma, que associa a observância do *mos maiorum* e dos cultos cívicos com a grandeza do Império.

Em conformidade com a perspectiva de Halbwachs¹⁷, a narrativa histórica cumpre o papel de “criar um elo” entre o passado e o presente, neste caso, o conjunto das ideias morais e políticas, defendidas por Cícero no século I a.C. e pelos cronistas do século IV d.C. O *mos maiorum* poderia não mais fazer parte do cotidiano da elite senatorial tradicional, mas sua presença nas crônicas indica que fora idealizado na memória dessa aristocracia, provavelmente porque fornecia ao grupo uma identidade com os fundadores de Roma e com o lugar do poder.

¹ Márcia Santos Lemos. Profa. Adjunta da área de História Antiga e Medieval da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Projeto de pesquisa financiado pela Uesb: *Cultura escrita, intelectuais e poder no Império Romano do século IV*. E-mail: marcia.lemos@oi.com.br

² CÍCERO. *Da República*. Col. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

³ Pereira, a partir do estudo de autores latinos e gregos, buscou explicar algumas das ideias morais e políticas que são apontadas como essenciais à existência da República e definidoras da identidade romana, entre elas está a *auctoritas*, “um valor intrínseco, que não se exerce pela função, persuasão ou convicção, mas apenas pelo peso da pessoa que toma ou sanciona uma decisão”; a *potestas*, vincula-se à concepção de poder administrativo; a *libertas*, está entre a *servitus* (ausência total de direitos) e a *licentia* (abuso de direitos) e garante ao cidadão o direito de expressar suas opiniões, de fazer votar leis (PEREIRA, M. H. R. *Estudos de História da cultura clássica*. Cultura romana. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. P. 362-368; 377-382).

⁴ CÍCERO. *Dos Deveres*. Tradução de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁵ PEREIRA, op. cit., p. 184-187

⁶ PASCHOUD, F. Les étapes d’une perte d’identité : les défenseurs du paganisme officiel face au naufrage de leur monde (312-410). In : BARZANO, A. ; BEARZOT, C. Et al. *Identità e valori fattori di aggregazione e fattori di crisi nell’esperienza politica antica*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 2001. p. 236.

⁷ HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and power. In: _____. (Ed.). *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. Londres: Routledge, 2000. p.5.

⁸ AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

⁹ “A partir dessas indicações, pelo que consigo entender, concluo que todos os homens provenientes das esferas mais humildes, especialmente quando atingem altos cargos, são exagerados em seu orgulho e ambição”.

¹⁰ MACHADO, C. A. R. *Imperadores imaginários: política e biografia na História Augusta*. 1998. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 67-68.

¹¹ EUTROPE. *Abrégé de l’histoire romaine*. Traduction nouvelle avec introduction, notes, tables et index par Maurice Rat. Paris: Garnier, s/d.

¹² CHASTAGNOL, A. *Le sénat romain à l’époque impériale*. Paris: Belles Lettres, 1992. P. 210-212.

¹³ No edito supracitado, escrito em 362 – posteriormente à publicação do *Livro dos Césares* (361) e anterior ao *Breviário* (369) –, Juliano não proibiu abertamente os cristãos de ministrarem aulas, mas

fixou condições para que um indivíduo pudesse assumir a função de mestre: seria preciso sobressair-se pelos costumes e submeter-se a uma avaliação da “cúria municipal”, cujo resultado deveria ser encaminhado ao próprio imperador (*Cod. Th.* XIII, 3, 5).

¹⁴ MOMIGLIANO, A. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. P. 107-108.

¹⁵ AMMIEN MARCELLIN. *Histoire*. Livres XIV-XXXI. Paris. Les Belles Lettres, 1978.

¹⁶ MATTHEWS, J. In: CROKE, B.; EMMETT, A. M. *History and Historians in Late Antiquity*. Oxford: Pergamon Press, 1983. p. 30-41.

¹⁷ HALBWACHS. M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. P. 102.